

## *ANTÓNIO DE CAMPOS PIRES DE MATOS*

Segundo percebi quando entrei no Laboratório de Física e Engenharia Nucleares (LFEN), em 1963, a estratégia da então direcção era formar investigadores em várias áreas que tivessem interesse para a implementação de um programa de energia nuclear em Portugal. Recordo-me que o então director-geral, doutor Carlos Cacho, numa reunião do Grupo de Radioquímica – na qual eu fiz uma exposição sobre extracção por solventes aplicada ao ciclo do combustível nuclear, em que só mencionei o tório e o urânio –, me disse que queria que o plutónio “andasse na ponta da língua” (não estou certo de ter sido esta a frase, mas o sentido era este). O caminho estava traçado mas não passou do esboço.

O principal cliente do LFEN e dos institutos que lhe sucederam seria o Estado Português. Porém, nunca uma direcção conseguiu convencer os sucessivos Governos de que o cliente do Laboratório de Sacavém era o Estado. E foi, assim, que nasceu, às portas de Lisboa um “parque de estacionamento” de alguns investigadores portugueses. Felizmente, a maior parte da investigação realizada tem sido de grande qualidade.

Nunca se estabeleceu uma colaboração efectiva com as Universidades mas apenas com alguns docentes, em alguns projectos de I&D, e uma colaboração no domínio da formação de jovens universitários. A ausência de acordos formais fez com que as Universidades nunca se comprometessem a colaborar de uma maneira efectiva. O intercâmbio entre professores universitários e investigadores nunca se realizou. Houve apenas interesses comuns em alguns projectos de investigação.

A colaboração internacional resultou essencialmente de mecanismos externos ao Laboratório, nomeadamente com o apoio de instituições como a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, através de programas de colaboração bilateral. Houve ainda o apoio da Agência Internacional de Energia Atómica e da Comissão das Comunidades Europeias. As iniciativas foram sempre dos investigadores e nunca das direcções.

Houve, na realidade, sugestões de peritos estrangeiros, quer na fase de arranque do LFEN quer mais recentemente, mas nunca ninguém seguiu as várias recomendações expressas em relatórios.

Creio que houve algumas tensões internas no modo como a formação dos investigadores deveria ser conduzida. Uns acreditavam numa investigação aplicada que não era mais do que uma prestação de serviços sem futuro. Outros defenderam sempre que, sem formação em investigação fundamental, nenhuma questão podia ser abordada com profundidade. Este facto pode ter afastado alguns colegas.

### **Nota biográfica**

Nasceu em Lisboa em 1938. É licenciado em engenharia químico-industrial pelo Instituto Superior Técnico (1962) e doutorado em química pela Universidade de Cambridge, Reino Unido (1970), onde trabalhou com protactínio. Ingressou no Laboratório de Física e Engenharia Nucleares, em 1963, tendo criado um grupo de investigação em química inorgânica e organometálica de actinídeos e lantanídeos. Foi um dos responsáveis pela introdução em Portugal da espectrometria de massa de ressonância ciclotrónica de iões com transformada de Fourier, técnica com a qual foram realizados os primeiros estudos de cinética de reacções ião-molécula com neptúnio, plutónio e amerício.

Dirigiu o Departamento de Química do Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (integrado no Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial), entre 1992 e 1994, e o Departamento de Química do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) entre 1995 e 1998. Foi Vice-Presidente do ITN, entre 1996 e 1998. Actualmente, é investigador coordenador do ITN e professor catedrático convidado da Universidade Nova de Lisboa.

É autor ou co-autor de publicações na área da química inorgânica. Colaborou com a Fundação Calouste Gulbenkian na tradução de livros de texto na área da Química.

*Setembro 2003*